

JUVENTUDE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA¹

Marcio Bernardes de Carvalho²

O conceito de juventude é uma construção histórica que tem hoje uma importância e entendimento diferente do de séculos atrás. Artigos e textos têm sido escritos sobre o tema, em especial os considerados pós-modernos que acabam por centrar seus estudos em questões muito pontuais, que podem, por vezes, serem consideradas não essenciais para uma análise da juventude e sociedade em desenvolvimento ou de totalidade, como o estudo de juventude sem um contexto histórico definido ou completamente deslocado da luta de classes. Neste texto consideramos a juventude mais que um conceito, tratamos essa como categoria social.

É necessário neste momento resgatar alguns conceitos que nos ajudam a entender o processo histórico da construção da categoria social “juventude”. Em primeiro lugar este é um constructo histórico. Segundo Levi e Schmitt:

Como as demais épocas da vida, quem sabe numa medida mais acentuada, também a juventude é uma construção social e cultural. Desse ponto de vista, a juventude se caracteriza por seu marcado caráter de *limite*. Com efeito, ela se situa no interior das margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta, naquele período de pura mudança e de inquietude em que se realizam as promessas da adolescência, entre a imaturidade sexual e a maturidade, entre a formação e o pleno florescimento das faculdades mentais, entre a falta e a aquisição de autoridade e de poder. Nesse sentido nenhum limite fisiológico basta para identificar analiticamente uma fase da vida que se pode explicar melhor pela determinação cultural das sociedades humanas, segundo o modo pelo qual tratam de identificar, de atribuir ordem e sentido a algo que parece tipicamente transitório, vale dizer caótico e desordenado. Essa “época da vida” não pode ser delimitada com clareza por quantificações demográficas nem por definições de tipo jurídico, e é por isso que nos parece substancialmente inútil tentar identificar e estabelecer, como fizeram outros, limites muito nítidos. (1996, volume I, p. 7-8, grifo do autor)

¹Este artigo é parte do Livro *História: Historiadores e Historiadoras* (ISBN 9788593711077), coletânea de textos de história publicado pela Editora Dialogar em 2017. p. 134-158. Revisado pelo autor em 23 de jan. 2018.

²Historiador, Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. E-mail para contato: marciojr8@yahoo.com.br

Na definição destes autores cabe salientar que sobre o item “construção social e cultural” temos acordo dentro de uma análise geral da juventude no seio da sociedade humana. Esta é uma característica geral da categoria social, porém, dentro de cada período histórico e de cada contexto territorial é necessário compreender e respeitar o entendimento daquele agrupamento societário, ou seja, a juventude é uma construção social e cultural de forma geral, entendida em cada momento histórico e/ou contexto social de diferentes formas. Desta forma, uma definição não anula a outra, pois o interesse do pesquisador é compreender a função social do conceito e sua aplicabilidade na realidade social.

O segundo item importante na definição dos autores versa sobre “margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta, naquele período de pura mudança e de inquietude em que se realizam as promessas da adolescência, entre a imaturidade sexual e a maturidade, entre a formação e o pleno florescimento das faculdades mentais, entre a falta e a aquisição de autoridade e de poder”.

Estamos também de acordo com esta definição de maneira geral, pensando o conceito dentro de uma lógica de sociedade humana, porém quando especificamos o contexto dando datação e localização da pesquisa é necessário verificar na realidade a aplicabilidade desta definição, pois é a realidade na sua processualidade que nos interessa. Desta forma a definição cabe somente de forma genérica em um contexto de humanidade ou de país, algo mais específico que isso merece o olhar para a realidade das relações humanas em um contexto histórico definido.

Porém sobre a questão “não pode ser delimitada com clareza por quantificações demográficas nem por definições de tipo jurídico” o limite desta afirmação são as políticas públicas. Como filosofia generalista a afirmação é cabível, porém, as políticas públicas necessitam de quantificações e definições jurídicas, uma vez que estas políticas – em especial as de educação – e mais ainda as de proteção social necessitam de especificidade para seu cumprimento.

Todavia, isto não quer dizer que a lei vá limitar a categoria social, mas que é necessário compreender o contexto em que a definição cabe e onde ela não se aplica. Podemos citar como exemplo disso o inciso I do artigo 4.º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) que define que “educação básica

obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”, faixa etária que transita pelos conceitos de infância, adolescência e juventude. Estes conceitos no plano teórico têm diversas definições, mas no âmbito jurídico necessitam de especificidade para seu cumprimento legal.

Na luta de classes, a infância e a juventude da classe dominante estão devidamente protegidas pelos privilégios de classe e pelos recursos financeiros obtidos da mais-valia. A lei é necessariamente específica para garantir os direitos da classe trabalhadora (mesmo que tenhamos uma crítica aos direitos proclamados e realizados). Assim quando o conceito tem necessidade ser especificado é de fundamental importância a quantificação e definição jurídica. Lênin comenta: “Marx nega precisamente a idéia de que as leis da vida econômica são idênticas tanto para o passado quanto para o futuro; ao contrário, cada período histórico tem suas leis próprias” (LENIN apud GRUPPI, 1978, p. 24).

Se cada período histórico tem suas próprias leis torna-se necessário compreendê-los dentro do estudo da economia política e das relações sociais que são produto daquela dada correlação de forças. Dessarte, a noção de juventude impõe-se como categoria histórica e social, no momento em que se afirma como produto histórico, isto é, como movimento de juventude (FORACCHI, 1972, p. 12).

Se o que era termo passou a ser um conceito e agora é categoria social é necessário que a pesquisa consiga verificar suas particularidades e singularidades em um dado contexto histórico, porém, as marcas geracionais que, independente de cada momento histórico, persistem devem ser levadas em consideração e aprofundadas para o entendimento do que também característica de unidade deste agrupamento. Nesse sentido o contexto pode nos ajudar a entender melhor este processo.

A sociedade idealiza um modelo de adulto e de percurso de vida. Ao identificar que neste processo existem dois momentos distintos da relação indivíduo/sociedade, a heteronomia e autonomia, organiza-se uma forma de pensar e agir sobre a realidade a partir desta lógica.

O momento de heteronomia é quando o indivíduo está sujeito à vontade de outros indivíduos, momentos em que há uma necessidade de acompanhamento da vida deste indivíduo e de provimento das necessidades

básicas do mesmo até que este alcance sua autonomia. Estamos aqui retratando um cenário geral, sem considerar algumas questões pontuais que podem levar um indivíduo autônomo a uma situação de heteronomia – como acidentes, doenças ou outras questões. Assim, as primeiras etapas da vida desde o nascimento até a juventude podem ser consideradas, de forma geral, etapa de heteronomia destes indivíduos.

Porém é necessário delimitar o que é autonomia no atual contexto, em especial quando tratamos de juventude.

Contribuindo para a formulação de novas perspectivas sobre juventude e inserindo o debate sobre autonomia no campo da economia política e do materialismo histórico, podemos considerar que este caminho está disposto em um tripé assim formado:

- Intelectual: consiste na aquisição de um conjunto de conhecimentos e informações que possibilitam ao indivíduo relacionar-se socialmente, compreender o desenvolvimento societário e emitir opinião e crítica a estes processos. Diferente do apresentado por Piaget (1994) em *Juízo moral na criança*, a autonomia intelectual da juventude exige um entendimento aprofundando das relações humanas, do indivíduo em sociedade e seus processos.
- Social: relativa ao mundo externo. Consiste em condições objetivas de relacionamento com seus pares e instituições livremente, participação em associações, partidos, movimentos; relativa à necessidade humana de vivenciar e experimentar as contradições da vida real e suas regras, utilizando esta experiência para entender os complexos sociais, adaptar-se ou alterar o mundo real.
- Financeira: consiste em ter condições de prover seu próprio sustento através do trabalho.

Esta tríade que compõe o conceito de autonomia para a juventude é essencial para a não idealização romantizada. É necessário compreender os elos entre o intelectual, o social e o financeiro e a relação dialógica que sociedade e indivíduo devem ter para a construção desta autonomia no plano

individual e no plano coletivo, promovendo assim a consciência sobre a importância da formação qualificada do indivíduo para a vida em sociedade.

No capitalismo as condições objetivas para a autonomia dos indivíduos ficam sobre a tutela da burguesia e cria-se uma narrativa que desresponsabiliza a sociedade (com um todo) do compromisso da construção coletiva de formação dos indivíduos e responsabiliza ao extremo o indivíduo sobre o seu desenvolvimento (meritocracia). É a simbiose de ações e relações entre a sociedade e o indivíduo que produz as condições objetivas para o desenvolvimento da autonomia plena dos indivíduos.

Tendo como base as questões acima colocadas, podemos entender, diferente do senso comum, a relação de conflito entre gerações. Foracchi define:

Se considerarmos as análises existentes, clássicas e modernas, sobre o problema das gerações, delas guardaremos a acentuação da dimensão de conflito, refletida quer no relacionamento das gerações, quer nos movimentos de juventude. Registra-se, como dimensão relevante, o conteúdo agonístico presente em tais manifestações. Localiza-se socialmente esta forma de conflito na fase de transição da adolescência para a maturidade. A adolescência e a juventude são, pois, elaboradas como categorias analíticas especiais, nas quais se refletem e se acumulam as características mais gerais de outras categorias de idade. É nessa passagem que, mais do que transição, é de crise, que as diferentes abordagens implícita ou explicitamente se apoiam. Esta observação é importante porque possibilita acentuar a incidência crítica dos fundamentos sociais da compreensão adulta do mundo, cuja origem remonta à etapa preliminar da adolescência. Tal etapa é relevante na medida em que situa à margem das respostas institucionais oferecidas pela sociedade. A intensidade das experiências da adolescência depende do modo pelo qual a sociedade promove o ingresso na condição adulta, através de padrões institucionalizados, cerimônias, ritos e rituais, preparo intelectual e emocional socialmente fundamentado. Quando uma sociedade não provê esse adequado preparo, formas equivalentes de comportamento florescem espontaneamente entre os adolescentes, reforçadas pela própria estrutura dos grupos por eles constituídos. (1972, p. 23-24)

Em uma sociedade onde o acúmulo de capital e a competição são basilares para uma idealização de adulto “bem-sucedido” fica inviável qualquer exercício de solidariedade humana na formação de jovens que possam construir seu percurso de vida acumulando vivências que possibilitem uma transição para a vida adulta com o tripé de autonomia bem-consolidado.

Crescer e tornar-se adulto são tarefas terrivelmente difíceis em nossa sociedade. Não serão, com certeza, modalidades mais adequadas de socialização, ou a institucionalização mais hábil e flexível das alternativas que a sociedade oferece que poderão resolver a

contestação com que ela se defronta. A condição humana não é mais passível de ser definida como aquela que melhor se ajusta ao sistema dominante, quando o sistema dominante aparentemente não se ajusta à condição humana. Há assim, um enorme desperdício de potencial humano, incapaz de ser criadoramente absorvido pelo sistema social, e a juventude é parcela considerável desse potencial. O comportamento de ruptura que a caracteriza decorre, em grande parte, dessa marginalização, dessa provisória disponibilidade social que acaba sendo pontilhada por crises intermitentes. A primeira delas – a crise da adolescência – fica como que aprisionada no mundo restrito das relações sociais, nos limites da idade, e marca essa etapa da vida como etapa de transição. Mas tornar-se adulto não equivale apenas a esforço de colocar-se diante das opções de vida que o sistema apresenta e enfrentá-las como tais. Esta opção suscita uma nova crise, seja porque as opções são parcas, seja porque comprometem o jovem com um estilo de existência dado, que, em termos ideais, ele não deseja para si. Num outro plano e com outras implicações, reabre-se a oposição entre as gerações, questiona-se novamente o modo de ser adulto, não mais como uma alternativa de vida, mas como um modo de existir socialmente. O conflito das gerações desloca-se para o da sociedade e polariza-se numa proposição aberta que também transcende jovens e adultos e que se resume em aceitar o sistema, usufruindo as oportunidades de vida com o que ele acena ou em rejeitar o sistema, tentando reconstruí-lo total ou parcialmente, e realizando-se pessoalmente nesse esforço de reconstrução. (FORACCHI, 1972, p. 30)

A sociedade não estando preparada para entender esse processo de transição para a vida adulta acaba por criar mais obstáculos do que conexões para os jovens. Acrescentemos a isso um mundo onde o moralismo, em especial religioso, serve como uma forma de patrulhamento das ações humanas, que no momento da educação dos mais jovens, especialmente na infância, torna-se um referencial de vida e de existência e que com o passar dos anos e a apropriação de mais elementos da realidade pelos jovens choca-se o idealizado com o real criando um ponto de tensão entre o que lhe foi ensinado, e tomado como verdade, e a existência em suas contradições.

O que temos como “crises” e tensões do desenvolvimento humano em suas primeiras etapas, em especial na juventude, é um aspecto positivo de formação. Quando o jovem interpreta a realidade a partir de seu acumulado de conhecimentos e vivências e critica o que, para ele, não é uma “verdade absoluta” acaba por exercitar novas possibilidades de existência e até mesmo testar as existentes. Como o processo humano é de evolução constante, cabe as novas gerações avançarem em pontos que as anteriores não conseguiram, ou simplesmente dar continuidade ao avanço a partir do legado das gerações anteriores.

O mais importante neste momento é verificar como o conceito se materializa na realidade e como se expressa atualmente dentro da sociedade humana, em especial na luta de classes.

Temos então um conceito de juventude que é uma construção social e cultural, de forma geral, e que quando especificado geograficamente e datada respeita o contexto daquela realidade, de acordo com os complexos sociais estabelecidos.

As sociedades humanas possuem uma idealização de “adulto” que muitas vezes está imersa em padrões morais e religiosos que não acompanham o desenvolvimento da sociedade, criando tensões geracionais entre aqueles que querem manter ou impor um padrão de acordo com suas crenças e os jovens que estão vivenciando novas percepções da realidade e necessariamente precisam confrontar-se com o que está posto.

Como etapa da vida a juventude está em uma condição de heteronomia, ou seja, em busca da construção de sua autonomia. Esta não é uma tarefa isolada dos jovens, pelo contrário, é uma responsabilidade de toda sociedade e também dos jovens criar as condições objetivas para sua autonomia (intelectual, social e financeira). Enquanto não for socialmente acordada esta responsabilidade as crises e tensões entre gerações persistem e são, neste contexto de não acordo, necessárias.

O capitalismo impõe uma condição de heteronomia aos jovens trabalhadores e filhos de trabalhadores através do sequestro das condições materiais para sua sobrevivência e desenvolvimento na educação e no trabalho. Na educação pública a expressão objetiva desta condição, no Brasil, é um ensino médio não universalizado e que, quando acessado pelos jovens, não possui estrutura física, humana e pedagógica que garanta a maioria conhecimento, vivência e experiências que lhes permitam o ingresso em uma universidade ou no setor produtivo.

A PERCEPÇÃO DA ANTIGUIDADE

Para Gruppi (1978, p. 24) “cada período histórico tem suas leis próprias”, seguindo esta lógica percebemos que é o contexto que organiza as relações no plano geral, assim, a juventude é uma percepção de um dado contexto histórico.

A palavra “jovem” origina-se do latim *juvenis* (CUNHA, 2010, p. 374) e refere-se à pessoa moça, de pouca idade. Como já citamos em parágrafos anteriores o jovem da antiguidade é completamente diferente da nossa percepção atual seja pelo contexto vivido ou mesmo pela concepção romantizada e idealizada de jovens.

Os jovens da cidade-Estado grega Esparta (cerca de 900 a.C.) eram educados para a guerra, entrando no exército próximo aos sete anos e sendo ensinados sobre leis e cultura e treinado para o combate. Para este momento histórico a divisão entre anciãos, adultos e crianças era o que interessava, sendo que “jovem” era aquele que não era adulto.

A própria palavra “adulto” refere-se ao “indivíduo que atingiu a idade da razão” (CUNHA, 2010, p. 14) oriunda do latim *adultus*, ou seja, crescido, desenvolvido. Essa definição é a do indivíduo em plenas condições produtivas, capaz de agir e produzir para a sociedade.

Podemos também utilizar como exemplo o antigo Egito, a Mesopotâmia ou Roma onde – mesmo com as particularidades de cada período e de a identidade entre estes contextos, dentro deste período – a produção da vida humana é a principal lógica que organiza as relações, sendo que aqueles que ainda não estavam preparados para agir e produzir para a sociedade ficavam fora da categorização central, ou seja, eram secundários para o contexto.

Porém, em um dado momento histórico, com a organização das comunidades em conglomerados urbanos de grande porte (para a época) os “jovens” pertencentes à classe dominante (que não seriam nem soldados nem escravos) iniciam processos educacionais que os reúnem visando sua formação para continuidade da dominação destas.

Esta é a “juventude” (que não é a juventude filha dos escravos ou dos soldados desprovidos de posse) que muitas vezes é reproduzida e idealizada como representação do conjunto da sociedade, porém, é o contrário, é uma representação pontual do conjunto que se transforma em representação do geral somente para afirmar a suposta “superioridade” das classes dominantes.

Assim temos uma percepção de juventude a partir do modo de produção da vida, onde o adulto e o ancião possuem papel central, sendo os demais secundários.

DANDO LUZ A UMA PERSPECTIVA COMERCIAL DA JUVENTUDE

No mundo ocidental alguns autores defendem que a “invenção” da juventude parte de um processo entre o pós Segunda Guerra (1945) eclodindo, em especial nos Estados Unidos, durante o decurso da Guerra do Vietnã (1955-1975).

Duas questões aqui são importantes para uma avaliação, a primeira é que o número de mortes na Europa, bem como na União Soviética, reconfigura o ambiente social; assim temos um continente quase inteiro destruído e que necessita objetivamente de contar com a força de trabalho jovem para reconstrução dos países.

A segunda é que os Estados Unidos quando investe seus recursos materiais e humanos na Guerra do Vietnã lança uma ampla campanha defendendo o nacionalismo e a democracia e ao mesmo tempo enviava seus soldados aos milhares para o campo de batalha. Esta contradição entre a valorização da juventude e da vida e a guerra acaba por produzir movimentos de massa contrários à guerra e pela valorização da vida.

Mais do que somente uma contradição da realidade objetiva é necessário acrescentar que o aumento da população jovem nesses dois cenários, seja por sua quantidade ou pela necessidade, acaba por representar também um foco de atenção social, seja público ou privado.

O desenvolvimento de novas tecnologias somado ao contingente populacional crescente faz dos jovens um novo nicho de mercado próspero.

O incentivo mercadológico à venda da imagem desta juventude vinculada a produtos cria uma nova percepção geracional, seja por uma questão objetiva do contingente populacional ou pela criação mercadológica.

JUVENTUDE: UMA CATEGORIA SOCIAL EM DISPUTA

Temos que contextualizar essa juventude no tempo e no espaço. As sociedades humanas da Idade Média possuíam uma expectativa de vida menor, vale lembrar que a mortalidade infantil era muito alta, porém alguns medievalistas constatam que não era anormal uma pessoa chegar aos 80 ou 90 anos. Aqui

podemos fazer uma pausa para a reflexão de quem eram, em grande quantidade, estas pessoas que viviam por mais tempo, explorados ou exploradores?

É fácil verificar na história medieval europeia que a grande maioria da população trabalhava muito para produzir e pagar impostos, esse esforço na grande maioria das vezes gerava uma fadiga física que ao longo dos anos reduzia seu tempo de vida, isto sem falar das guerras e epidemias que muitas vezes dizimaram comunidades inteiras. Os explorados sempre trabalharam mais e, por consequência, viveram menos e com menor qualidade. Neste contexto o que chamamos hoje de juventude não era um grupo etário muito bem definido. Para os trabalhadores, a pós-infância já é um momento de trabalho dedicado e de busca por autonomia, em alguns casos a própria infância já era uma iniciação para a “adultice” no trabalho.

A expectativa de vida vai aumentando com o passar dos anos e melhora nas condições de existência humana (alimentação, moradia, saúde e educação). Desta forma fica mais evidente que existem subdivisões nos grupos etários, com características específicas e, por consequência, necessidades específicas para o seu desenvolvimento e inserção social.

O autor e pesquisador José Antonio Péres Islas em *Teorías sobre la juventud* (2008) afirma que o conceito de juventude está em disputa. Apesar do texto com características pós-modernas que subdivide a juventude em milhares de partes sem uma unidade de classe e parecendo não possuir nenhum tipo de conexão social. O importante é que o autor apresenta uma diversidade de teorias e áreas que se concentram nos estudos da juventude. É significativo neste momento demonstrar que existe uma diversidade de áreas de estudo e teorias, porém, a contribuição que podemos dar a estes estudos, com um enfoque materialista histórico, é que se a juventude neste momento se torna um grupo etário importante para o desenvolvimento da economia, e que com o aumento de expectativa de vida tem realçadas suas especificidades, este é uma categoria social do agora, contemporânea.

A saber, quando Marx escreveu *Diferença da Filosofia da Natureza em Demócrito e Epicuro* em 1841, com 23 anos, não era usual o emprego do conceito de juventude como hoje debatemos. Inclusive Lênin no discurso proferido no congresso da União das Juventudes Comunistas em 1920 (intitulado *Tarefas da juventude na construção do socialismo*) não utiliza o

conceito da mesma forma que hoje fazemos em quase todas as áreas do conhecimento. Mesmo com a aproximação do termo o conceito é diferente, e desta forma é preciso reconhecer que Islas (2008) estava correto ao afirmar que existe uma disputa e que é tarefa dos pesquisadores materialistas históricos estudá-la e compreendê-la com as lentes da economia política.

Mas a disputa do conceito de juventude não se dá somente no campo acadêmico, a representação de juventude é disputada na área de consumo de mercadorias, marketing e publicidade. O vigor e a vitalidade juvenil são vendidos como padrão para o consumo, privilegiando uma estética juvenil burguesa que está “curtindo a vida adoidado”, como a personagem vivido por Mathew Brodrick no famoso filme de 1986, ou “ostentando” sem preocupação real e/ou material, individual ou coletivamente. Com o desenvolvimento da comunicação de massa (TV, rádio e agora internet) que está sob o controle de grandes empresas de comunicação que só visam lucro, consolida-se uma visão idealizada de jovem que serve aos interesses das classes dominantes uma vez que é um reflexo dela mesma e também a criminalização/marginalização daqueles jovens que não se parecem com esta juventude idealizada.

Cabe fazer uma ressalva importante quanto à diversidade de teorias sobre juventude e campos de pesquisa, elas são importantes e não devemos descartar nenhum campo de pesquisa sobre juventude, porém acreditar que não há nenhum ponto de convergência ou unidade entre jovens, seja do ponto de vista social, físico, biológico ou dentro da luta de classes é uma opção pela fragmentação da categoria social. Fragmentação esta que só servirá como neblina para que não consigamos visualizar o que é realmente essencial, a realidade materializada e executada pelas sociedades humanas. Mais do que um conceito disputado no mundo acadêmico, a juventude é uma categoria social disputada no campo político.

Assim, o interessante no atual contexto é definir como essa categoria está inserida no seio da luta de classes. Para isso é necessário desconstruir alguns dogmas que podem alterar nossa percepção da essência da realidade.

FRAGMENTAÇÃO CONCEITUAL

O momento chamado juventude é de profundas mudanças para o indivíduo. Leal (2016, p. 18) afirma que “a adolescência tem sido concebida, de forma geral, como um período turbulento, cheio de crises e rebeldias, desencadeado pelas transformações do corpo e pela revolução hormonal”. Mas aqui precisamos pontuar a crítica à visão romantizada ou que criminaliza/marginaliza a juventude que as teorias não marxistas reforçam ao criar idealizações de processos que pontuam sobre parte dos aspectos, isolando assim o indivíduo das conexões sociais e culturais que o influenciam e o formam. As questões físicas e psicológicas são importantes, mas não podem ser analisadas sem o contexto social, pois estas não revelam a essência da “coisa” (KOSIK, 1976, p. 09) em sua totalidade, de forma concreta.

Para Kosik:

Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade e saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo. O concreto, a totalidade não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que a tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade. Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si. (1976, p. 35-36)

A profundidade teórica da categoria social deve ser solidificada através da análise do todo, elementos constituintes da realidade objetiva.

O desenvolvimento da sociedade industrializada e informatizada coloca o jovem em outro papel na sociedade capitalista, o de consumidor e reprodutor do sistema. Para ilustrar numericamente esta questão econômica podemos citar a pesquisa do IPEA (2009) que menciona duas categorias de jovens importantes, “estuda e participa do mercado de trabalho” e “só participa do mercado de trabalho”. Essas categorias juntas em 2007, para jovens de 15 a 29 anos 67,8% (IPEA, 2009, p. 78), já no recorte de 20 a 24 anos o percentual chega a 75,9% (idem). Desta forma é evidente que a maioria dos jovens está inserida no setor produtivo, ou seja, a maioria dos jovens do Brasil é da classe trabalhadora.

Isto torna essa unidade necessária para o estudo da juventude, ela está inserida no mundo do trabalho, seja diretamente como força de trabalho seja como consumidor. O processo leva ao mundo do trabalho. Marx define que “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (2013, p. 255) e ainda “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio deste movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. Por sua vez, Engels define que

[...] toda riqueza provém do trabalho, asseguram economistas. E assim o é na realidade: a natureza proporciona os materiais que o trabalho transforma em riqueza. Mas o trabalho é muito mais do que isso: é o fundamento da vida humana. Podemos até afirmar que, sob determinado aspecto, o trabalho criou o próprio homem (1990, p. 19).

No trabalho o indivíduo se desenvolve e altera a realidade, está é uma ideia fundamental para qualquer estudo materialista. Cabe retomar o conceito de trabalho como desenvolvimento humano, não renegando este processo, mas sim colocando-o no centro do debate, segundo Saviani (2007, p. 154) “o homem é, é-o pelo trabalho”.

Neste caso a teoria das “múltiplas juventudes” é apenas parte do caminho a ser trilhado. Uma vez que concordamos que existem diversos contextos e culturas que oferecem uma diversidade de aspectos da realidade, porém este mesmo exemplo cabe para a classe trabalhadora, que por esta mesma lógica também poderia ser “múltipla”, porém é “una” em razão do trabalho.

Ao analisarmos o objeto do todo para a parte e da parte para o todo vemos que a ontologia do ser social nos leva a compreender o trabalho como formador do ser humano e transformador da natureza (externa e humana também). Os diversos contextos e especificidades nos mostram que existem diversos tipos de relações, porém existe unidade ao sairmos da parte para o todo. Quando analisamos a juventude em seus diversos contextos entendemos a sugestão de multiplicidade ou “juventudes”, porém isso é somente parte do caminho, no materialismo histórico é o ponto de unidade, de convergência humana que é o essencial.

Assim, temos uma só juventude por força da sua relação com o trabalho; todavia, esta relação difere da do conjunto da classe trabalhadora, pois a

juventude transita em um momento de formação para o mundo do trabalho e ingresso no mesmo, momentos por vezes separados, por vezes juntos. Mas da mesma forma que a classe trabalhadora, esta é uma relação central para a vida, o que faz com que as determinações socioeconômicas sejam o norte do nosso estudo.

Para o sistema capitalista, a visão de totalidade é um problema, pois revela que o capitalismo sobrevive da exploração da maioria para benefício de uma minoria. Para sustentar uma contraposição viável da totalidade incentiva-se o parcelamento do conhecimento, fechando o mesmo em diversas caixas que, por vezes, não se conectam entre si, onde tudo pode e tudo é válido como ciência. Essa dispersão do conhecimento leva a uma tensão no mundo acadêmico (não exclusivamente, mas é onde há uma concentração deste debate) que por vezes leva a não compreensão do ponto central das lutas dos trabalhadores.

JUVENTUDE E CONTRADIÇÃO

Existe uma dualidade cada vez mais evidente no tratamento de jovens de famílias abastadas e jovens da classe trabalhadora. Enquanto os primeiros estudam e continuam a morar com a família, o jovem da classe trabalhadora é pressionado a trabalhar e, em muitos casos, acaba por ter uma união conjugal (casamento, o chamado “morar junto” dentre outras formas) precoce buscando certa autonomia e mudança de status social. No Brasil, a reformulação do Ensino Médio (sancionada em fevereiro de 2017) deixa cada vez mais claro que a burguesia quer que o ensino público seja responsável pela formação de trabalhadores (mão de obra) enquanto o ensino privado se encarrega de formar a classe dirigente. Ao longo da história o desenvolvimento da educação é uma disputa onde a classe dominante impõe o seu conceito de mundo. Ponce (2000, p. 28) afirma que:

[...] não é necessário dizer que a educação imposta pelos nobres se encarrega de difundir e reforçar esse privilégio. Uma vez constituídas as classes sociais, *passa a ser um dogma pedagógico a sua conservação*, e quanto mais a educação conserva o *status quo*, mais ela é julgada adequada. Já nem tudo o que a educação inculca nos educandos tem por finalidade o bem comum, a não ser na medida em que ‘esse bem comum’ pode ser uma premissa necessária para manter

e reforçar as classes dominantes. Para estas, a riqueza e o saber, para as outras, o trabalho e a ignorância (grifo do autor).

A educação acaba cumprindo esse papel de reprodutor do sistema, mas ao mesmo tempo em seu meio há o despertar uma força contrária, uma força capaz de avançar no entendimento do sistema e subverte-lo. Para isso é preciso que os trabalhadores da educação dominem o conhecimento do conceito de juventude de forma contextualizada, bem como a função social de uma educação transformadora.

Outra contradição importante versa sobre a narrativa de “juventude problema” ou “adolescente problema”. Podemos pontuar diversas causas relativas aos questionamentos feitos por adolescentes e jovens sobre o mundo ou sua existência, porém é necessário verificar o que pode nos demonstrar as diferenças, semelhanças e contradições do indivíduo nesta etapa da vida. A passagem do estado de “heteronomia”³ para “autonomia” é importante e deve ser destacada, bem como a consolidação de sua identidade frente ao mundo; é importante também situar que a ação reflexiva e a construção da identidade tendem ao questionamento, bem como a experimentação. Associando isso nota-se que, no caso do Brasil, há uma realidade de privilégios para a classe dominante em todas as áreas (em especial a justiça, educação, saúde e no acesso a direitos), desvalorização do trabalho e o moralismo burguês.

De outro lado, conforme Cury (1995, p. 29) “a classe dominante busca um *conformismo*, ou seja, busca transformar sua concepção de mundo em *senso comum*, fazendo-a penetrar nas massas e buscando assim assegurar, com o consenso dessa a ordem estabelecida” (grifo do autor). A busca da sua autonomia e identidade frente à sociedade choca-se diretamente com o projeto da classe dominante. Em muitos casos, o jovem que teve uma infância romantizada, ao alcançar a adolescência e, por consequência, uma ampliação da sua visão e vivência de mundo, leva um choque entre o ideal e real, desta forma vive-se uma contradição evidente que gera também reação.

³Para Kant, a heteronímia é ação de seguir as normas que foram estabelecidas pelos outros que podem ser desde leis, como também dogmas religiosos. O contrário de heteronímia é conhecido como autonomia (do grego auto que é “próprio” e nomos que é o mesmo que “norma” ou “regra”) e que, portanto significa o estabelecimento das próprias regras morais que uma pessoa cria e decide seguir.

Se há um “problema” nesta relação com certeza é social, o problema é o sistema capitalista de exploração e opressão da classe trabalhadora.

Muitos caminhos são possíveis para estes jovens, porém quando não há possibilidade real de se contrapor ao sistema, através do domínio de técnicas e conhecimento da realidade, o natural é algum tipo de reprodução do *status quo* visando subsistência.

JUVENTUDE E LUTA DE CLASSES

Existe hoje uma luta ideológica conciliatória velada que tenta esconder a teoria da luta de classes dos debates sociais. Alguns afirmam que este é um debate do passado, outros argumentam que não existem mais “classes” no atual estágio da democracia e do capitalismo, que isso se diluiu com o desenvolvimento comercial, industrial e tecnológico. Essa “vertente” teórica não marxista equivocadamente não compreende que o centro da luta ideológica é justamente a teoria da luta de classes, as demais correntes que formulam e pesquisam somente o fato isolado acabam por não chegar à essência, vendo somente o parcial sem entrar na contradição central em disputa na sociedade.

Essa conciliação óbvia acaba por nublar o debate sobre as contradições reais da classe trabalhadora e sobre a unidade desta. No campo da juventude é preciso verificar com mais profundidade as formas como essa questão se mostra.

Alguns argumentos precisam ser pontuados e desconstruídos neste processo, o primeiro deles é sobre a (não) inserção econômica da juventude. Há quem acredite que parcela da juventude ainda não está inserida economicamente, isto já provamos não ser real, pois a maioria dos jovens está inserida no mundo do trabalho e também contribui para o desenvolvimento econômico no papel de consumidor. O trabalho do jovem é desvalorizado e explorado em todas as áreas da economia sob a justificativa da falta de experiência e do estado de “aprendizagem”, o que aumenta a condição de precarização e alienação⁴ deste trabalho.

⁴Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (2001, p. 114) define: “Mas em que consiste a alienação do trabalho? Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence a sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo,

Por sua vez, essa condição fica ainda mais precarizada em função do individualismo exacerbado do capitalismo competitivo. Nesta condição, qualquer jovem precisa entender seu processo formativo e sua condição de indivíduo pertencente à classe trabalhadora (quando não for detentor dos meios de produção) e, por consequência, explorado. Ponce (2000, p. 19) afirma que no comunismo primitivo o “ensino era para a vida e por meio da vida: [...] E, porque tomavam parte nas funções sociais, elas (as crianças) se mantinham, não obstante as diferenças naturais, no mesmo nível dos adultos”. Neste momento histórico o compromisso de inserção social através da educação era coletivo, todos cumpriam suas tarefas para o desenvolvimento e sobrevivência do coletivo. A propriedade privada e acumulação capitalista acabaram com essa lógica, no sistema capitalista impera o individualismo.

O processo entre a preparação para o trabalho e o trabalho em si não é compreendido como “processo” em que a sociedade, como um todo, possui a responsabilidade de também formar e estimular o desenvolvimento integral dos indivíduos através de práticas educativas institucionais e não institucionais. Como o jovem, a sociedade também precisa ser educada para si educar. A síntese deste conceito poderia ser um ditado atribuído às comunidades africanas que diz que “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”. Como processo educativo, precisamos afirmar que esta educação deve ser classista, onde o jovem se reconheça enquanto indivíduo inserido socialmente, que possibilite o entendimento do seu próprio período de desenvolvimento e que lhe forneça um ferramental teórico para leitura de mundo.

Uma segunda pontuação necessária, sobre a qual também já discorreremos, trata-se do esforço de tornar a juventude um problema. Se nessa etapa da vida há um desenvolvimento físico e mental, uma potência de vida, este fator não pode ser considerado prejudicial à sociedade, pelo contrário, é benéfico. Se o jovem não se reconhece na escola é em razão desta, como disse Lênin, “a velha escola era livresca, obrigava o jovem a acumular uma massa de conhecimentos inúteis, supérfluos, sem vida, que entulhavam a cabeça e transformavam a geração jovem num exército de funcionários

não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito”.

padronizados” (2005, p. 13). A escola, em especial a pública no Brasil, é distante da vida prática, pois quer abafar as contradições da realidade para formar um corpo de trabalhadores dóceis aos desmandos da classe dominante. É preciso aproveitar a energia revolucionária da juventude para a formação de uma nova sociedade.

Mas então, qual é o motivo de não estarmos debatendo centralmente a juventude dentro do processo de enfrentamento entre classes?

Dois questões, já tratadas aqui, auxiliam nesta compreensão. Uma é a conciliação teórica sobre a centralidade do debate da teoria da luta de classes no Brasil e, a segunda, a subestimação do papel do jovem e, ao mesmo tempo, uma incompreensão de seu papel de vanguarda.

A fala de Lênin, no Congresso da União das Juventudes Comunistas (1920), sobre as tarefas desta união nos ajuda na compreensão do papel da juventude ao descrever sobre a questão da tarefa,

[...] esse problema merece nossa atenção na medida em que, pode-se dizer, em certo sentido, é justamente à juventude que incumbe a verdadeira tarefa de criar a sociedade comunista, porque é evidente que a geração de militantes educada na sociedade capitalista pode, no máximo, cumprir a tarefa de destruir as bases da velha vida capitalista baseada na exploração (LÊNIN, 2005, p. 9).

Mesmo sabendo que o centro da contradição com o capitalismo está nos trabalhadores, é necessário formar uma nova geração capaz de avançar nesta luta e construir as novas bases da sociedade, o que dá centralidade para a juventude dentro do atual cenário da luta de classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude torna-se uma categoria social na sociedade moderna a partir de suas necessidades objetivas e relações sociais.

A antiguidade percebe a juventude de forma diferente, assim não podemos cometer anacronismo transportando para antiguidade uma percepção da nossa realidade atual e querendo que esta percepção se encaixe à força naquela realidade.

Mesmo o conceito atual de juventude estando em disputa, como historiadores cabe-nos compreender as relações sociais envolvidas e seus contextos e perceber como a sociedade se movimenta dentro da luta de classes.

Como militantes cabe-nos entender o mundo e modificá-lo.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4ª. ed. revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira (Ed. da Universidade de São Paulo), 1972.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

ISLAS, José Antonio Pérez; GONZÁLEZ, Mónica Valdez; ZOZAYA, Maria Herlinda Suárez (Coord.). **Teorías sobre la juventud**: las miradas de los clásicos. Ciudad el México: Universidad Nacional Autónoma de México, D.F., 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEAL, Zaíra Fátima de Rezende Gonzalez. **Adolescência, educação escolar e constituição da consciência**: um estudo sob a perspectiva da psicologia histórico-cultural. Maringá: Eduem, 2016.

LENIN; CASTRO, Fidel; BETTO, Frei. **As tarefas revolucionárias da juventude**. 4ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. **História dos jovens**. Volumes I e II. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 17ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.